

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

OS JAMAMADI E O SISTEMA DE AVIAMENTO NA AMAZÔNIA

Bolsista: Ingrid Daiane Pedrosa de Souza, CNPq

MANAUS
2009

OS JAMAMADI E O SISTEMA DE AVIAMENTO NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H-0036/2008-2009

OS JAMAMADI E O SISTEMA DE AVIAMENTO NA AMAZÔNIA

Bolsista: Ingrid Daiane Pedrosa de Souza, CNPq
Orientador: Profº Drº Gilton Mendes dos Santos

MANAUS
2009

Todos os direitos deste relatório são reservados
à Universidade Federal do Amazonas,
Ao Núcleo de Estudo da Amazônia Indígena - NEAI
E aos seus autores. Parte deste relatório só
poderá ser reproduzida para fins
acadêmicos ou científicos

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho
Nacional de Pesquisa – CNPq, através do
Programa Institucional de Bolsas de
Iniciação Científica da Universidade Federal do
Amazonas, foi desenvolvida pelo Núcleo de
Estudos da Amazônia Indígena – NEAI
e se caracteriza como sub projeto do projeto de
pesquisa Amazonas Indígena : Um Mapeamento das
Instituições e da Produção Bibliográfica
Sobre os Povos Indígenas no Estado.

RESUMO

O presente relatório consiste na divulgação dos resultados da pesquisa previstos no projeto de I.C. PIB-H/0036/2008-2009, intitulado “Os Jamamadi e o Sistema de Aviamento na Amazônia”. Trata-se da compreensão e análise da participação dos índios Jamamadi no sistema de aviamento predominante na Amazônia, com ênfase no Médio Purus. Como desdobramento deste objetivo principal, tal pesquisa pretendia no seu desenvolvimento: a) compreender as formas Jamamadi de fornecimento de gêneros alimentícios para os seringais instalados no Médio Purus, b) identificar as formas de uso e distribuição do rapé no circuito das trocas e c) levantar suas atividades econômicas, práticas de manejo de recursos naturais, caça de animais, pesca, coleta, e agricultura (cultivo do milho, macaxeira, mandioca, batata doce e cará) e processo de fabricação da farinha. Vale ressaltar que esta pesquisa de iniciação científica está vinculada ao projeto “*Amazonas Indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas do estado*” e em conexão com o projeto “*Paisagens Ameríndias: Habilidades, Mobilidades e Socialidade nos Rios e Cidades da Amazônia*”.

Objetivando a realização da mesma, a metodologia, que não contempla “campo”, conta com a história como uma fonte de pesquisa e método. Para tanto, fora adotada a divisão da mesma nos seguintes âmbitos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A partir disso, a dinâmica na objetivação do trabalho se dá através do levantamento de etnografias e documentos, que tratam desde a história do período áureo da borracha; até as atuais formas de organização social e práticas econômico-culturais dos índios Jamamadi. As fontes foram, respectivamente, as etnografias, livros e artigos - na pesquisa bibliográfica; e acervo da empresa J.G. Araújo, juntamente com arquivos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) - na pesquisa documental.

Dos resultados alcançados, estes vão desde a contextualização do sistema de aviamento a partir da empresa J.G. Araújo; a compreensão do mesmo em suas implicações, até o mapeamento da rede de trocas no Médio Purus. Tais resultados subsidiam a compreensão de como este sistema se configurou para os índios Jamamadi como maior ruptura sofrida pelos mesmos, a qual os condenaria ao isolamento.

Em relação aos arquivos do SPI, obteve-se a partir destes a noção de como os índios Jamamadi se encontravam mediante tantos traumas, gerados a partir da sua inserção no aviamento. Através dos relatórios foi possível extrair dados quantitativos acerca da demografia - quantidade de homens, mulheres e crianças; além de apontar a localização dos mesmos e de acordo com o período dos arquivos.

Espera-se que os resultados apontados neste trabalho venham servir de subsídio aos atuais e futuros pesquisadores, que se interessem pela temática referente a esta região e sua população, ainda pouco investigados.

Palavras-chave: Jamamadi, Médio Purus, Ciclo da Borracha

LISTA DE SIGLAS

ISA - Instituto Socioambiental

IC – Iniciação Científica

JG – Joaquim Gonçalves; nome da empresa e do Comendador

NEAI - Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Relação de Hierarquia	
Ilustração 2 – Foto Jamamadi na fabricação da farinha.....	

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Lista de dados trabalhados no acervo da J.G. Araújo?
- Quadro 2. Relação das cidades do Purus e de seus respectivos clientes?

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Viagem de Janeiro de 1931 à Lábrea.....
- Tabela 2. Viagem de Janeiro de 1931
- Tabela 3. Organização das informações contidas no diário de embarcações

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

Durante o período de extração da borracha muitas empresas seringalistas atuaram em diferentes partes da Amazônia, sempre em busca de locais de difícil acesso que pudessem conferir a estas um amplo arsenal de recursos naturais nas suas investidas. Nesse mesmo período, vários povos indígenas foram inseridos no processo de exploração da borracha, tendo participado de diferentes formas - seja através da participação direta, como mão-de-obra do sistema de aviamento; ou indireta como “informantes-guias”, visto que estes conheciam bem a geografia local.

Uma das localidades alcançadas por tais investidas foi a bacia do Purus, situada no sudoeste Amazônico (entendemos por sudoeste amazônico o sul do Estado do Amazonas e o Norte do Acre). Esta região abriga uma diversidade de povos indígenas, entre eles os Deni, Jamamadi, Paumari, Jarawara, Zuruahá, Banauá Yafi e os Kulina, que juntos constituem a família lingüística Arawá. Estes povos possuem, além de semelhanças lingüísticas, diversos traços culturais e históricos comuns, como a sua participação no esquema extrativista ocorrido na região.

Dentre os povos que tiveram participação no sistema vigente na Amazônia, esta pesquisa compreende os Jamamadi, os quais aparecem entre os mais afetados por tais investidas. Como Rangel (1994) cita, o incorporamento das populações indígenas neste período findou por modificar a história destes povos, forçando-os a reorganizar suas estratégias de reprodução da vida social. Eles, ao longo de sua história, inevitavelmente, sofreram influências que culminaram em mudanças significativas e, para sua melhor compreensão, precisam ser mais estudados historicamente e analisados de modo diferenciado, proposta que procuramos expandir no decorrer da presente pesquisa.

Assim, propomos o estudo desta etnia no que se refere a sua inclusão no aviamento e, a partir disto, o analisarmos quanto suas formas de fornecimento de gêneros alimentícios aos

seringais instalados na região, o modo de uso e distribuição do rapé no circuito de trocas no Médio Purus; além de levantar as suas práticas econômico-sociais (pesca, agricultura, fabricação de farinha, etc.). Esclarecemos que, o objetivo que compreendia a análise da distribuição do rapé não fora explanado no decorrer desta pesquisa, visto que não foram encontradas informações a respeito na documentação analisada; além deste se mostrar aquém das demais relevâncias priorizadas no recorte do tema.

Durante as investigações acerca da produção bibliográfica sobre povos indígenas, levantada pelo projeto *Amazonas Indígena: Um Mapeamento das Instituições e da Produção Bibliográfica Sobre os Povos Indígenas no Estado* - no qual esta pesquisa está inserida-, notou-se que a região do Purus se mostrava bastante abandonada etnograficamente. Tal fato expôs a necessidade cada vez maior de produções que se voltassem para esta região que aparentemente ficara esquecida.

Sabendo da existência deste vazio etnográfico que permeia a região do Purus - onde pouco se produziu até então sobre os Jamamadi e demais povos -, a presente pesquisa, cuja proposta liga-se a outras de IC, buscou abranger tal região juntamente com os povos família lingüística Arawá. Para tanto, a pesquisa realizada deu-se através da articulação coletiva entre seis alunos e dois professores, vinculados ao Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI).

Assim, em sua metodologia, a pesquisa divise-se em duas etapas (que ocorreram simultaneamente): a pesquisa bibliográfica e a documental. Enquanto a primeira observa etnografias recém produzidas, a pesquisa documental utiliza-se de duas fontes principais, os arquivos da J.G Araújo e do SPI.

O levantamento se inicia nos arquivos da extinta empresa seringalista J.G. Araújo, que estão atualmente sob a guarda do Museu Amazônico da UFAM, e prossegue com um breve

estudo no acervo do extinto SPI (Serviço de Proteção aos Índios, 1910-1967) no Amazonas, os quais foram adquiridos pelo NEAI durante o processo de investigação.

Tais levantamentos tinham por intenção, respectivamente, elucidar o sistema de aviação e compreender a situação em que os Jamamadi se encontravam mediante sua inserção no processo que tanto os afetara. Procurou-se através destes uma interação com a dinâmica que caracteriza a época, além de compreender de que modo se dava o sistema de trocas ocorrido na região estudada, o circuito de cidades do Purus.

A partir disso, a dinâmica na objetivação do trabalho se dá na forma de levantamento de etnografias e documentos sobre a etnia Jamamadi, sempre enfocando sua história em conexão com o contexto “Ciclo da Borracha”, mostrando a sua diversificada participação neste processo extrativista, as mudanças que ocorreram por consequência da ocupação na região por eles habitada, os conflitos que quase os extinguiram, bem como os meios que esses utilizaram na adaptação a novas realidades; até sua atual forma de organização social e práticas econômico-culturais.

Além do levantamento nos arquivos já mencionados, a pesquisa contou com uma investigação nas bibliografias produzidas acerca dos povos Arawá, mais especificamente sobre a etnia estudada nesta pesquisa, os Jamamadi; e ainda, referências concernentes as explorações na bacia do Purus.

Estas informações foram complementadas por outras produzidas através de seminários e ciclo de estudos com pesquisadores e alunos do NEAI, destacando através de discussões aspectos relevantes a pesquisa, tais como na lingüística os termos técnicos para as expressões culturais dos povos (manifestações), a questão da relação histórica que há na família lingüística; e no que se refere a história da bacia do Purus e suas particularidades.

Inclusive, decidiu-se alterar o título da presente pesquisa após um seminário de estudo, dos chamados ciclos de estudos, ao qual assistimos. O referido ciclo contara com a presença

do Professor de História Davi Leal, onde o mesmo expunha notas sobre o sistema de aviamento na Amazônia, além de tratar da história da região do Purus. Durante a mesma sessão, deu-se a instrução do termo “Ciclo da Borracha” como sendo questionável, mostrando que a expressão “Sistema de Aviamento na Amazônia” se encaixaria bem mais na proposta da pesquisa, trazendo uma melhor conceituação do sistema extrativista na Amazônia, para além da borracha.

No entanto, vale ressaltar que, eventualmente, farei uso da expressão “Ciclo da Borracha” (sempre entres aspas) no transcorrer deste relatório, até mesmo pelo fato de que o termo estivera muito presente ao longo desta investigação, ficando a alteração apenas no que se refere ao título da presente pesquisa.

No relatório parcial, apresentado após os primeiros meses de pesquisa, expomos como resultados apenas os dados obtidos no levantamento junto a J.G. Araújo, visto que até então apenas esta fonte havia sido trabalhada, como previsto no cronograma. Mas no decorrer deste relatório, as demais fontes serão devidamente analisadas, visando, claro, suprir os objetivos os quais esta pesquisa se propôs.

Conforme fora solicitado na avaliação feita à submissão anterior, seguem os ajustes quanto à discussão teórica frente ao levantamento de dados; e também quanto a organização das informações referentes à etnia estudada, de modo a facilitar a compreensão da mesma dentro da perspectiva proposta pela respectiva pesquisa científica.

De acordo com as idéias organizadas sobre o povo, bem como o que se refere ao sistema de aviamento como um todo, espera-se que as informações aqui catalogadas possam atuar como subsídio tornando realizável novos estudos, desdobramentos de pesquisas futuras.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

- Compreender e analisar a participação dos Jamamadi no sistema de aviamento atuante no Médio Purus, reunindo informações que venham enriquecer tanto este projeto quanto os projetos maiores em que esta pesquisa está inserida.

2.2 Específicos

- Levantar as atividades econômicas bem como as práticas de manejo de recursos naturais, caça de animais, pesca, coleta e agricultura (cultivo do milho, macaxeira, mandioca, batata doce e cará) e o processo de fabricação da farinha pelos Jamamadi;
- Compreender as formas Jamamadi de fornecimento de gêneros alimentícios para os seringais no Médio Purus;
- Identificar as formas de uso e distribuição de rapé no circuito das trocas no Médio Purus.

3. FONTES E METODOLOGIA

Como fora dito anteriormente, a pesquisa realizou-se na forma de articulação coletiva, entres seis alunos de IC, assistida pelos professores doutores Gilton Mendes e Carlos Dias, todos vinculados ao NEAI. Uma metodologia inovadora que consiste em uma pesquisa integrada, a qual abrange a região do Médio Purus e a povos específicos da família lingüística Arawá.

A metodologia observada na presente pesquisa, a qual não contempla “campo”- o que está no horizonte de desdobramentos futuros -, conta com a história como fonte de pesquisa e método. Define-se desta forma porque a mesma procura na história embasamento, como também elementos, concernentes a outro momento vivido, para análise e analogia com a etnia estudada. Que elementos são esses? Arquivos que remontam toda uma época, constroem uma restituição do período em questão. Exemplificam esquemas de aviamento, além de demonstram localidades alcançadas por tais empreitadas, provarem ou desfazem certas conjecturas, e de mostrarem na prática fatos que foram comprovados historicamente – como no caso do processo de endividamento, tão comentado no que se refere ao aviamento.

Com o intuito atender tal procedimento metodológico, a pesquisa divide-se em duas partes: a) pesquisa bibliográfica e b) pesquisa documental. Este molde irá perdurar durante todo o transcorrer desta.

De acordo com estes esquemas de investigação, dá-se o levantamento de bibliografias já produzidas - etnografias, livros, artigos, etc. - sobre os temas outrora propostos. Entre as literaturas pesquisadas, das que mais se adéquam as inquietações trazidas pelo projeto que antecederá esta pesquisa, podemos citar: Lúcia Rangel com “*Os Jamamadi e As Armadilhas do Tempo Histórico*”, Flávio Gordon e “*Os Kulina do Sudoeste Amazônico: História e Socialidade*”, Bárbara Weinstein com “*A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência*”, Sandra Ayres em “*Viagem de supervisão a terras indígenas na Amazônia Legal*”; Joaquim

Melo com “*A Política Indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1912-1930*” e Manuela Carneiro da Cunha em “*Política Indigenista no século XIX*”; sendo que destas a mais significativa fora a contribuição de Rangel.

Dos seminários, laboratórios e ciclo de estudos realizados no âmbito do NEAI, com pesquisadores e alunos vinculados ao mesmo, podemos destacar que estes nos possibilitaram, tanto a mim quanto aos demais colegas pesquisadores, a ciência de diversos assuntos referentes à pesquisa de modo geral. Sendo nestes trabalhados, explicados e discutidos, temas como: família lingüística Arawá (Profº Drº Frantomé e sua orientanda, a mestranda Raiza), histórico da região do Purus e sobre análise documental (Profº MCs Davi Leal), SPI e sua filosofia (Profº Drº Gilton Mendes e Profº Drº Carlos Dias).

através de discussões aspectos relevantes a pesquisa, tais como na lingüística os termos técnicos para as expressões culturais dos povos (manifestações), a questão da relação histórica que há na família lingüística; e no que se refere a história da bacia do Purus as particularidades quase sempre relatadas pelo olhar de cronistas.

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1.1 DO PURUS

Em relatos acerca do Purus, Stela Azevedo de Abreu (2000) descreve esta região da seguinte forma:

O Purus oferece boa navegabilidade em quase toda sua extensão, que atinge 3210 km. Seguindo um curso dos mais tortuosos, ele atravessa terrenos de pequeno declive no Peru, no estado do Acre e no do Amazonas. Entretanto, sua origem permaneceu um enigma para o Ocidente até os primeiros anos do século XX. (ABREU, 2000, p.4)

As primeiras menções que se tem do Purus datam do século XVII, e foram oriundas de fragmentos informativos dos relatos, literaturas, de cronistas do mesmo período (LAZARIN, 1981). Tais relatos, segundo Lazarin, serviram para a construção da imagem do Purus,

juntamente com o Juruá, como rio “enigmático”. Isto também se deve ao fato deste rio possuir conhecimento limitado em relação aos demais rios da Amazônia.

Já as primeiras viagens exploratórias, responsáveis pelos relatos que trazem referências acerca dos grupos tribais da região, são do século XIX, conforme explica Lazarin (1981).

Tais viagens tinham por objetivo a exploração da geografia da região, mais especificamente do rio, de modo que estes exploradores queriam encontrar passagem para o rio Madeira. Assim ocorreu com o geógrafo inglês Chandless que esteve nesta região em 1864, com o objetivo de examinar o que de fato existia em termos de riquezas naturais e também em busca de mão-de-obra.

Segundo Castelo Branco, a viagem de Serafim Salgado pela região fez com que houvesse o primeiro contato entre os nativos da região e “gente civilizada” (SALGADO, 1852, *apud* LAZARIN, 1981, p. 9). Sua viagem foi seguida pela de Manuel Urbano entre 1860 e 1861, que na época calculara uma população indígena do rio em cerca de 5.000 indivíduos.

Ele fez diversas viagens pelo Rio Amazonas, procurando uma comunicação entre as bacias do Purus e do Madeira, em busca de gado da Bolívia. Em 1861 navegou pelo Alto Purus até próximo a foz do rio Chambuiaco, em território peruano, onde foi encontrado pela comissão de fronteiras, Brasil/Peru, no início deste século.

Manuel Urbano, além de fundar a cidade de Canutama em 1865, também foi considerado o descobridor da primeira seringueira na região do Purus.

Como mencionado anteriormente, a área referente ao Purus foi profundamente marcada pela exploração da borracha, essa busca envolvia um grande contingente desta região ocasionando uma relevante movimentação de recursos técnicos e econômicos em busca da

seringueira, este fato que definiu em boa medida a paisagem etnológica da região (GORDON, 2006).

O rio Purus findou conhecido como um local habitado por povos em situação de isolamento, isso Kroemer atribui a recente história destes povos que aponta para as duras investidas das frentes econômicas. Tais investidas culminaram no isolamento dos povos que habitavam a região, visto que a experiência de contato deles fora traumática como já se referia Rangel.

4.1.2 DOS ARAWÁ

Os Arawá são uma família lingüística representada pelas línguas do sudoeste Amazônico Kulina - no Alto Purus e no Alto e Baixo Juruá, no Jutai, no Itacoraí e, provavelmente, também no Curuçá - nos Estados do Amazonas e Acre e também no Peru, Deni – no Alto Cunhuã, afluente do Purus, e no Xiruã, afluente do Juruá - no Estado do Amazonas; Paumarí (e Kanamantí) - nos afluentes do Purus, Tapauá, Cunhuã, Pihuã, Jacaré e Ituxi- no Estado do Amazonas; Yamamadí, Banavajafí e Jarawára em afluentes do Purus acima e abaixo de Lábrea.

Portanto, a divisão destes povos se concentra no esquema das bacias drenadas pelos rios Juruá e Purus, muito próximos de outros grupos indígenas falantes Katukina, Aruak e Pano (GORDON, 2006).

São pertencentes a família lingüística Arawá os seguintes grupos: Banawa-Yafi, Deni, Jamamadi, Jarawara, Kanamanti, Kulina/Madiha, Paumari, Zuruaha e os já extintos Arawá, Purupuru, Wainamari, Watanari, Sewaku, Pamaná, Amamati, Juberi, Sipó, Catiana.

As línguas são bastante semelhantes, sendo o Paumarí um pouco mais diferenciado (RODRIGUES, 2002).

Existem algumas controvérsias e confusões em torno da divisão entre a família Arawá, onde muitos afirmam ser esta uma subdivisão da família Aruak; ou que estas derivariam do mesmo tronco, como é o caso do etnólogo Ehrenreich. Ele fizera um trabalho de comparação onde somava uma lista de 17 termos do trabalho que havia feito com índios Jamamadi e Paumari aos 10 recolhidos por Chandless e procurava semelhanças com 29 termos do Aruak. Ehrenreich não foi o único a buscar semelhanças através de comparações entre termos Arawá e Aruak. Rivet&Testevin também compararam os vocabulários encontrando as mesmas semelhanças formais e semânticas que Ehrenreich (GORDON, 2006).

Já Metraux (1948), Schultz& Chiara (1955) sugerem que os Arawá seriam um subgrupo dos do Aruak (GORDON, 2006).

Outros autores, por sua vez, acreditam não haver evidências de que as línguas das famílias Arawá e Aruak estejam ligadas, mesmo havendo semelhanças entres estas, além da proximidade geográfica. São estes Mason (1950), Rodrigues (1986), Tovar& Tovar (1984), Dixon (1995), etc (GORDON, 2006).

Robert e Barbara Campbell também contribuíram através da produção, entre outros, de um breve dicionário Jamamadi e alguns artigos sobre sua gramática (Campbell 1985; 1986; Campbell 1977; 1988; Campbell & Campbell 1981).

Dos autores que trabalharam o tema, o primeiro que aparece fazendo distinção nominal entre a família Arawá, diferenciando especificamente as línguas Arawá e Paumari, foi Daniel Brinton (1891). Sua análise se deu a partir dos vocabulários recolhidos por Chandless (1866) (GORDON, 2006).

4.1.3 DOS JAMAMADI



Foto: Jamamadi na fabricação da farinha
Fonte: ISA

Os Jamamadi estão entre os povos da família lingüística Arawá que habitam a região do Purus - são um povo de terra firme, residem nas regiões das florestas, e suas terras abrangem os Estados do Amazonas e Acre. Assim como os demais grupos pertencentes à família, os Jamamadi fazem parte dos povos indígenas pouco conhecidos da região que sobreviveram a dois ciclos da borracha, em meados do século XIX (SCHRÖDER, 2002; RANGEL, 1994).

De acordo com o levantamento de etnografias sobre a região, muitos relatos contados por vários estudiosos acerca das viagens a esta região nos surpreendem. Entre estes, na década de 50, Harald Schultz e Vilma Chiara empreenderam uma viagem ao Alto Purus, dando breves informações sobre os índios que, na época, ali habitavam (SCHULTZ & CHIARA, 1955). Sobre esta viagem Schröder diz:

Os autores encontraram duas aldeias jamamadi no seringal São Miguel, na margem esquerda do Purus, duas a três horas a motor abaixo da foz do Iaco. Havia também Jamamadi vivendo no médio Purus e afluentes. Os Jamamadi dedicavam boa parte de seu tempo na extração de borracha e coleta de

castanha, vendendo tais produtos aos ‘patrões’ dos seringais nos quais viviam. Schultz e Chiara comentam que uma recente epidemia (os autores não mencionam a doença) havia reduzido sensivelmente o número de índios Jamamadi (SCHULTZ & CHIARA, 1955, *apud* SCHRÖDER, 2002).

Os Jamamadi possuem um histórico marcado por lutas mediante sua inserção nos processos de relações mercantis que ocorreram em torno na borracha (RANGEL, 1994).

Sobre as lutas enfrentadas pelos Jamamadi, ao longo de sua história, Ayres cita:

O local e o grupo indígena foram incorporados ao processo de exploração capitalista monoextrativista da borracha, do final do século XIX e início do XX, e vivenciam o seu declínio e a transformação desse espaço atualmente redesenhado pelas mesmas forças de poder do passado. Os donos dos seringais, os seringalistas, transformam-se em fazendeiros de gado e os seringueiros, alojados em pequenas comunidades à beira do rio Purus, em pequenos agricultores e posseiros fixados em parte pelo INCRA, ambos disputando com os índios o território tradicional e atual do grupo. (AYRES, 2005)

Notamos que as semelhanças entre os Jamamadi e demais povos da família lingüística Arawá vão além da língua. Os Jamamadi têm princípios comuns de organização social com demais povos da família Arawá, como os Kulina e Deni; ele se dividem-se em pequenas unidades que são, no caso ideal, endogâmicas e politicamente autônomas.

Os Jamamadi geralmente se reúnem nestes pequenos grupos, portanto, aldeias com 100 pessoas estão fora do padrão que se espera da organização social dos mesmos (SCHRÖDER, 2002).

Os Jamamadi são um povo cheio de controvérsias quanto a sua origem, nome e autodenominação (RANGEL, 1994; SCHRÖDER, 2002). Acerca das controvérsias quanto a autodenominação e da identidade cultural dos Jamamadi, há autores que dizem que não existem diferenças lingüísticas e culturais entre os Jamamadi, Kanamanti e Jarawara. Outros afirmam que os Jamamadi dividem-se em três subgrupos: Kanamanti, Jarawara e Banawa-Yafi (SCHRÖDER, 2002). Os Jamamadi da tribo indígena Jarawara/ Jamamadi/ Kanamati, por exemplo, dão-se a reconhecer com esse nome em contatos com não indígenas ou

representantes de outras etnias. Mas o termo Jamamadi, bastante utilizado, teria sido de acordo com Rangel (1994) atribuído provavelmente pelos Paumarí, significando 'gente do mato'. Steere (1903) também explica o termo pela origem Paumarí, significando 'homem selvagem' ("*jiwã-mãgi*"). (STEERE, 1903, *apud*, SCHRÖDER, 2002). Segundo ele o nome Jamamadi era formado a partir de uma alteração de *dzuwã-mãgi*, palavra paumari que significa "homens selvagens". Para Rivet e Tastevin, o nome é uma transformação do etnônimo Gaamadi (Rivet & Tastevin, 1938).

Os casamentos Jamamadi ocorrem principalmente entre primos cruzados, apesar de que esta preferência da comunidade está sendo cada vez mais modificada. Tal fato se observa como sendo fruto da influência de missionários na região.

Lazarin (1981) aponta em sua dissertação que o fato de missionários - responsáveis pela conversão entre os índios- atuarem na região do Purus, foi um dos fatores que veio a somar no que se refere às influências que compuseram as relações interétnicas; e acrescenta que foram altos os números de índios convertidos e aldeados. Além disto, a presença de missionários na região pode ser observada na mudança ocorrida no comportamento sexual dos Jamamadi, anteriormente marcada por relações extraconjugais mais liberais.

A descendência Jamamadi é patrilinear, sendo a sua residência pós-nupcial matrilocal ou (uxorilocal), estando incumbida ao genro a tarefa (obrigação) da prestação de serviços ao sogro.

Estima-se que os Jamamadi do Médio Purus possuam uma população de aproximadamente 884 indivíduos (Funasa, 2006) e que estes sejam basicamente caçadores e agricultores, sendo a pesca apenas mais uma de suas atividades. Eles ainda comercializam alguns produtos, principalmente os agrícolas e extrativistas, como o óleo de copaíba.

4.1.4 J.G. ARAÚJO E O SISTEMA DE AVIAMENTO NA AMAZÔNIA

Analisando a exploração extrativista ocorrido na Amazônia, compreende-se que esta se configurou como um dos principais itens responsáveis pelo desenvolvimento da economia brasileira. Tal sistema exploratório, que tinha como carro-chefe a borracha (*hévea brasilienses*), se deu a partir da mobilização de um grande contingente de trabalhadores organizados hierarquicamente de modo a formar uma complexa rede comercial conhecida como Sistema de Aviamento.

Para que se compreenda o sistema, as condições e o patamar de cada indivíduo no intrincado processo, atente para o esquema abaixo:



Figura 1 – Relação de Hierarquia
Organização: SOUZA, Ingrid, 2009

As casas aviadoras, por sua vez, não escapavam das armadilhas do sistema de aviamento. Elas tinham que se manter sempre em débito com as casas exportadoras, que as ameaçavam de tomar suas hipotecas ou embargar seu ativo, se deixasse de saldar a conta das mercadorias adiantadas a crédito. E muita das vezes, para obterem disponibilidade no caixa, as casas aviadoras eram obrigadas a vender sua borracha a preço menor que o desejável. (WEINSTEIN, 1993:38)

Segundo Loureiro (1985:109), o seringueiro é o elemento que vive sob a mais rigorosa servidão, pois, era iludido com a idéia de que poderia ser rico, e se tornar sócio do seringalista, não sendo submetido a nenhum tipo de servidão, tão somente, submetidos aos mesmos interesses dos seringalistas: os de se tornarem ricos.

Weinstein (1993:34) nos relata que, depois de passar pelas mãos do aviador, a borracha se transferia para as casas exportadoras, onde a transação existente entre o aviador e o exportador podia ser feita através de consignação; ou seja, a casa aviadora, que detinha a propriedade da borracha, pagava a casa exportadora na base da comissão.

Os comerciantes vendem as mercadorias industrializadas e alguns deles compram a produção local; borracha, castanha, farinha de mandioca e pirarucu salgado são os produtos de maior comercialização. Da mesma forma as grandes balsas vindas de Manaus e Belém, na cheia, trazem as mercadorias industrializadas e voltam carregadas de pranchas de borracha e de castanha.

Há também o pequeno comerciante dos rios, os marreteiros, que navegam em seus batelões, fazendo o mesmo tipo de transação. Levam remédios, sal, açúcar, pó de café, óleo, munição, querosene e trocam estas mercadorias por farinha, borracha, carne de caça e peixe salgados, peles de animais e castanha.

Portanto, o “Ciclo da Borracha” funcionava à medida que o Sistema de Aviamento aparece, pois ele é em todas suas etapas, a base sobre a qual funciona a produção. O lucro é gerado a cada etapa da comercialização e, esta por sua vez, acaba sendo uma atividade que passa a ter uma finalidade em si mesma.

Se um determinado produto industrializado se mostra caro na cidade, nas mãos dos marreteiros são mais caros ainda. Sem ter saída, os seringueiros findam por endividarem nos barracões dos patrões da borracha.

4.1.5 SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado no dia 7 de setembro do mesmo ano, consiste em uma organização que visava o amparo de índios,

(...)

promovia a colonização da região através da transformação destes em trabalhadores rurais. Isso, tendo como princípio a proteção do indígena no âmbito do seu próprio território.

(...)

Lembramos aqui a criação do Serviço de Proteção Aos Índios (1910), como a institucionalização de uma atividade que se propunha protetora, como que reconhecendo a inevitabilidade da absorção das sociedades tribais pela sociedade nacional. Em nenhum momento de sua história o SPI ousou esposar idéias que superassem a aceitação de um destino dos grupos indígenas fora do sistema político nacional. As suas tomadas de posições mais positivas – e não foram poucas – em relação à busca do bem-estar social das populações aborígenes, mesmo que somadas a um respeito mais ou menos lírico de suas respectivas tradições e culturas, nunca chegaram a conduzir a uma prática indigenista que tivesse como escopo o reconhecimento da autonomia política das sociedades aborígenes que iam encontrando.

Em nenhum texto do SPI ou da antiga Comissão Rondon, vamos encontrar algo a respeito de ditas sociedades como unidades “independentes”, ainda que num futuro previsível”. (CARDOSO 1078:61, *apud* MELO, 2007, p.37)

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

4.2.1 Arquivo J.G Araújo: Resultados e Discussões

De acordo com os propósitos da pesquisa e o plano de trabalho definido, houve o levantamento das fontes documentais. Como fora estipulado, o cumprimento da primeira fase da pesquisa se deu no Museu Amazônico da UFAM, onde o mesmo abriga um setor de documentação e uma biblioteca que também fora freqüentada no decorrer da pesquisa.

O Museu Amazônico da UFAM dispõe atualmente da guarda do acervo documental da

mais importante empresa seringalista da época em que incidiu o sistema de aviamento na Amazônia, a J.G. Araújo. Todos os documentos - cartas, diários de navegação, coleção de letras de câmbio, recibos de pagamentos, recibos de compra, livros caixa, livro de carga, notas fiscais, registro contábil e administrativo, guias de embarque; entre outros - foram doados pela empresa à Universidade Federal do Amazonas e estão distribuídos em cerca de 5 toneladas de material devidamente higienizado e 2,5 toneladas de material a ser tratado.

Sabendo que a firma J.G. Araújo fora considerada a maior casa aviadora no final do século XIX até o século XX, tal acervo se apresenta como sendo uma importante fonte de pesquisa. A análise da documentação da referida empresa nos possibilitou conhecer e compreender mais as diversas atividades mercantis do período, o sistema de aviamento e o processo de acumulação dentro desse sistema; e ainda como essas relações se estendiam cada vez mais sobre a Amazônia com tanto sucesso.

Conhecida pela tradição de mais de um século de atividades comerciais na Amazônia, a J.G. Araújo possui, desde sua fundação em 1877 até o ano de 1985, arquivos que registram suas atividades extrativistas, industriais, bem como as de comércio e transporte.

Dentre os arquivos trabalhados em processos de higienização, optamos por desenvolver um foco em algumas fontes específicas, já que a amplitude (falamos de toneladas) e diversidade do material que nos cercava nos limitavam a certa quantidade de objetos (termo empregado propositalmente) para análise. Isso não apenas visando a realização do cronograma proposto inicialmente, mas porque, como os próprios funcionários do Museu afirmam, “*temos material suficiente para gerações trabalharem*”.

Parte da documentação da J.G. Araújo encontra-se arquivada no computador do museu através de referências que, embora ainda por diversas vezes mais confundam que propriamente auxiliem, nos trazem uma noção de sistematização. Tais informações, que ainda se encontram em processo de organização pela instituição, foram utilizadas na identificação

de objetos de estudo que potencialmente serviriam como fontes para análise e compreensão a que se pretendia chegar, ou seja, um panorama do aviamento na Amazônia.

Desse modo, a prévia descrição dos historiadores encarregados da sistematização de informações - armazenadas no computador e etiquetadas em pastas e armários com finalidade de facilitar o acesso e a compreensão do documento original -, bem como a reunião de equipe com o funcionário responsável por tais arquivos, Sr. Dayson Alves; conferiu ao grupo informações suficientes para que pudéssemos definir áreas de atuação na coleta dos primeiros dados.

Como exemplo, cito o caso das cartas, correspondências da empresa, onde antes mesmo que pudéssemos ter acesso ao documento original já sabíamos que estas continham manuscritos de aviados da empresa.

Dos arquivos da J.G. Araújo que o museu abriga, a coleta dos dados escolhidos ficou dividida da seguinte forma:

ACERVO J.G. ARAÚJO			
Tipo de Arquivo	Quantidade	Descrição do Trabalho	Observação
Cartas Comerciais	89	Foram lidas e transcritas todas as cartas da 1ª e 4ª fase do período de extração da borracha com destino ao rio Purus. A maioria das cartas tratava de assuntos comerciais.	Algumas cartas que constavam nos registros do Museu não foram encontradas e outras que não estavam nos registros foram achadas. Das 89 cartas, 65 foram localizadas e organizadas em fichas virtuais pelos historiadores do Museu, e 24 foram encontradas por nós enquanto buscávamos (coletávamos) os dados.
Livros de Carga	3	Os livros de carga encontrados no Museu foram: Júpiter, Eline e Lygia. O material foi recolhido e comparado com demais arquivos que	Os livros datam respectivamente: *Júpiter - 1945-1954; *Eline - 1946-1949; * Lygia - 1931-1938.

		continham informações das mesmas embarcações.	
Diários de Navegação	9	Foram lidos nove diários de navegação, sendo que apenas cinco possuíam referencias ao Purus	Diários com referencias ao Purus: Tartaruga II e III, Caubé, Júpiter e Eline
Litoro de Castanha (fichas de compra de castanha)	24	Foram encontrados 24 no total com destino ao rio Purus, dos quais apenas 23 foram transcritos.	Os recibos correspondem a três fases; novembro de 1932, de janeiro a novembro de 1934 e de janeiro a abril de 1935. A grande parte das vendas para o rio Purus é do ano de 1934 e apenas uma no ano de 1935.
Relatórios de Navegação	2	Foi observada a descrição sobre as datas de saída, nomes dos comandantes, tonelagem dos produtos, tripulação, datas de entrada nas cidades de destino.	Foram encontradas referencias as seguintes embarcações: Lancha Jupiter; Lancha Eline; Lancha Antonio Carlos, Lancha Baré, Lancha Aripuanã, Lancha Martins; Lancha Brasil; Lancha Tartaruga 3 e Lancha Cometa.
Livro de Movimentação de Embarcações	1	Neste arquivo foi possível obter o controle das embarcações em viagens e concertos em Dezembro de 1946, a relação dos locais que estes navegariam e a data de saída.	Entre as embarcações, podemos observar a presença de lancha, batelão, vapor e motor.
Diário de Embarcações	1	Foi analisado o material que continha informações acerca da tonelagem que tais embarcações transportavam, o destino e o reboque.	As informações vão de Setembro de 1936 a Janeiro de 1937.
Microfilmes	2	Os microfilmes continham informações de dois jornais: Jornal de Lábrea e Jornal do Purus.	Não foram encontradas referencias a empresa J.G.

Quadro 1 – Lista de dados trabalhados no acervo da J.G. Araújo.
Organização: SOUZA, Ingrid, 2008.

Como é possível observar no quadro acima, as fontes escolhidas foram, respectivamente, as cartas comerciais da empresa, os livros de carga, os diários de navegação, os livros de castanha, os relatórios de navegação, o livro de movimentação de embarcações, o diário de embarcações e os microfilmes.

A pesquisa iniciada no mês de julho de 2008 começa com o levantamento destes dados, em seguida dá-se a sistematização das informações encontradas no museu e, por fim, a análise destas junto ao contexto específico e a etnia estudada.

Assim, após definirmos as áreas de pesquisa dentro do material e termos feito o recorte dos principais objetivos na análise do mesmo, passamos para o nosso primeiro documento, as cartas.

As cartas examinadas durante a pesquisa nada mais são do que as correspondências da empresa que tratavam, em sua maioria, de assuntos comerciais. Através destas notamos a participação intensa da empresa durante o período de extração da borracha na Amazônia. Tal participação era visível inclusive no que se refere a região priorizada pela pesquisa, o Purus. Desse modo, dividimos a leitura e análise das cartas seguindo uma ordem cronológica que excluía registros de outras regiões que não o Purus.

Tendo em vista que todo o material da J.G. Araújo está dividido em quatro fases, que são as fases do chamado “Ciclo da Borracha”, logo as cartas também herdarão esse padrão, estando, portanto, divididas de acordo com esses períodos- o que auxiliou bastante na definição da estratégia adotada no levantamento da documentação.

Depois de divididas deste modo as cartas serão subdivididas por datas, meses, para serem colocadas em pastas específicas e enumeradas dentro de um armário. Neste armário uma nova ordem é estabelecida, dessa vez contendo uma divisão mostrando, através de etiquetas, o ano em que o documento fora criado (enviado ou recebido).

Assim sendo, na sistematização digital, encontrada no computador do museu, atendem os seguintes comandos e/ou informações: a) fase em que se encontra o documento; b) ano do documento (que já delimita o armário e a gaveta), c) a indicação das pastas, de acordo com o mês; d) a quantidade de cartas que se encontram na pasta e, e) uma breve descrição do conteúdo.

Tal comando auxilia, mas jamais poderia eliminar a consulta ao documento original - o qual exige uma leitura minuciosa - visto que, tais informações são por demais superficiais e algumas vezes até incompatíveis com o conteúdo original; sendo assim, jamais poderiam suprir as inquietações as quais esta pesquisa propõe atender.

Quanto a isso se atribui o fato das mesmas não terem sido pensadas, na ocasião de sua elaboração, no sentido de atenderem as expectativas da presente pesquisa, obviamente; ficando a cargo dos pesquisadores do museu apenas a tarefa da criação de um guia que antecederse o manuseio do material. Outra razão, a qual contribui para tal discrepância nas informações, dá-se pelo fato, citado anteriormente, destas ainda se encontrarem em processo de organização pela instituição, o que só aumenta a necessidade de tais registros e sistematizações sujeitarem-se a questionamentos quanto a sua confiabilidade.

Os arquivos ainda estão por demais “brutos”, não tendo sido até então trabalhados em estudos mais aprofundadas (inclusive em uma abordagem antropológica); o que faz com que esta pesquisa junto ao acervo J.G. Araújo se torne imprescindível.

Das quatro fases em que os arquivos (cartas) estão divididos, levantadas nos registros do museu, observados no computador da instituição, somente na 1ª (1877 até 1896) e na 4ª fase (1925 até 1989) do processo de extração da borracha as referências ao Purus foram encontradas.

As 89 cartas que aparecem (ver quadro1) foram primeiramente transcritas fidedignamente e posteriormente analisadas no padrão “documento no contexto da época”

(MEIRA, 1994, p.8). As cartas escolhidas, como fora dito anteriormente, eram as que constavam passagens pelo Purus, sendo que das 89 cartas 21 foram transcritas e analisadas pessoalmente.

No que diz respeito ao levantamento, uma vez que fora identificada a necessidade de um guia, uma norma, que servisse de base no processo de transcrição das cartas, foi utilizado o molde de Márcio Meira, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ele foi o responsável pela orientação na transcrição do *Livro de Registro das Canoas* feita por Rosana Dulce Diniz do Nascimento, um manuscrito pertencente ao Arquivo Público do Estado do Pará. A sua transcrição fora feita com base nas *Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos*, onde extraímos para a na nossa transcrição a idéia de manter a grafia e a acentuação original. Contudo, diferentemente do que recomenda a cartilha de Meira, mantivemos as abreviaturas originais do documento sendo as mesmas explicadas quanto ao seu significado em notas adicionadas.

A documentação transcrita trata principalmente dos assuntos comerciais da J.G., negociados em cartas remetidas, recebidas e respondidas. Além das negociações, algumas cartas constavam pedidos de novas datas para pagamentos de dívidas contraídas à J.G. Araújo; comunicados de doenças também chegavam através destas cartas, sendo que as pessoas que estivessem em luto poderiam ser facilmente identificadas pela tarja preta que acompanhava a borda das páginas das cartas enviadas.

Algumas dessas correspondências, as mesmas que traziam as negociações da empresa, mostravam produtos que eram fornecidos pela J.G. Araújo quando esta lançava suas embarcações rumo ao Purus; além de citar por diversas vezes os produtos que a mesma trazia, oriundos da região.

Através das leituras, foi possível visualizar o arsenal de mercadorias que saiam da J.G., bem como analisar os principais produtos visados pela mesma quando esta retornava de suas

empreitadas ao Purus. Realizou-se a partir de tal análise uma catalogação de tais itens visando compreender os principais produtos negociados no escambo. Assim, fora identificada uma grande demanda por castanhas (em hectolitros), além é claro da borracha, principal produto da época.

Sobre predominância da borracha, podemos citar tais registros:

“Borracha: Remeto-lhes um conhecimento 1.0.3.0 kilos em cima das marcas, que foram e favor vender e creditar em minha conta o que liquidar”. (trecho da carta à Araújo Rosas Irmãos enviada pelo Sr. Manoel Antonio Cunha Junior. ACERVO J.G. ARAÚJO, cartas comerciais, pasta 385, 1888).

“Além do referido saque dei ordem ao Sr. Comandante da Zuleyd para embarcar isso no Porto de Arapichy (...) (600) seiscentos quilos de borracha fina, os quais remeto a sua consignação, contudo que Vossas Senhorias empregarão toda sua usual solicitude em prover-lhe boa venda”. (trecho da carta a L. P. G. de Araújo/ Companhia Ltda., enviada pelo Sr. Mamed Serejo. ACERVO J.G. ARAÚJO, Cartas Comerciais, pasta 107, 1938).

Assim como na descrição acima, muitas outras cartas seguem com pedidos de novas remessas de borracha - como podemos ver em algumas cartas enviadas pela J.G. Araújo -, bem como requerimento de emissão da mesma, conforme avisam em correspondências enviadas e recebidas das regiões com as quais possuía negócios. As cartas através das quais a empresa estabelecia contato com possíveis compradores, quando esta tratava de vender o produto (borracha), também ganham bastante destaque nas análises.

Dos produtos solicitados à empresa, citados nas cartas, estes vão desde tesouras, açúcar, arroz, caixas de combustível e lata de óleo fino (provavelmente solicitado por algum regatão) até medicamentos.

Entre os assuntos levantados na análise das cartas, outra informação se torna relevante à medida que chama atenção. Trata-se da relação entre os seringueiros e o Sr. Joaquim Gonçalves de Araújo, o J. G. Mesmo no ato da leitura das cartas, ante a análise, fica evidente o vínculo quase que sentimental que os seringueiros, clientes e trabalhadores de modo geral estabeleciam para com o comendador. A respeito de tal, pode-se dizer que era recíproco.

Acerca disto, recordo-me da crônica de Rogel Samuel onde o mesmo narra certo episódio na vida do comendador no mínimo inusitado. Rogel conta que certo dia um adversário comercial de Joaquim tentou matá-lo, só que o comendador fora salvo de levar um tiro no coração pelo cabo do seu guarda-chuva, que possuía uma placa de ouro. O que fez J.G.? Mandara soltar seu algoz alegando que o mesmo precisava garantir o sustento de sua “numerosa família”.

Rogel conta que o Comendador visitava aos domingos a Santa Casa e a Beneficente Portuguesa com intuito de ver se alguém estava necessitando de algo, e que ele também fazia diversas doações tendo do próprio bolso construído o “Asilo de Mendicidade” após o declínio da borracha, fato narrado também pelos funcionários do Museu.

Episódios semelhantes se repetem em diversas narrativas e só endossam a popularidade da generosidade do dono da J.G. Araújo, apesar do mesmo não gostar que soubessem de suas ações. Nas próprias cartas pessoas agradecem alguma benfeitoria realizada, a recuperação da saúde de algum ente enfermo, devido a remédios remetidos pelo Comendador; o prazo para efetuar pagamentos de dívidas prorrogado, etc. Todos se referiam ao Comendador de forma muito respeitosa e as vezes a afeição era tão evidente que houve casos em que fora oferecida a própria casa como hospedagem, quando o comendador fosse visitar a sua cidade. Acredita-se que, para além de sua generosidade, J. G. se mostrava como sendo um grande empresário, rendendo atenção aos seus clientes e estabelecendo uma relação de amizade com os mesmo. No entanto, tal relação por vezes superava a domínio comercial, concedendo margem, inclusive - como vimos em diversas cartas - para que os clientes fizessem pedidos de bonificação; e até mesmo para que tivessem suas compras debitadas.

Da pesquisa nos arquivos, uma etapa do processo se apresentara como sendo deveras difícil de concluir, a transcrição. Isso porque partes de algumas das cartas ficaram impossibilitadas de análise visto que estavam em um estado que não poderiam ser transcritas

devido à dificuldade na leitura causada por manchas do tempo e partes faltando. Das mais antigas, pertencentes à primeira fase, com seus conteúdos escritos à mão em papéis tipo amanteigados, estas requeriam dos investigadores um cuidado maior, inclusive para que não as danificássemos.

Outro ponto que tornou a análise digna de um cuidado especial foi que ao transcrever as cartas exatamente como foram encontradas nos deparávamos muitas vezes com cumprimentos, linguagens e/ou palavras comuns a época, sendo necessário o acompanhamento destas por um livro paralelo contendo siglas, abreviações (*Abreviaturas: Manuscritos do Século XVI ao XIX*).

A pesar das dificuldades quanto à leitura, transcrição e, conseqüentemente, análise de algumas das correspondências, o mesmo não ocorrera quando as cartas mais atuais foram trabalhadas. Por estas serem datilografadas, foram em sua maioria contempladas na íntegra. Todos os documentos analisados, escritos a mão ou não, possuem minimamente informações acerca de datas e locais, bem como informações do remetente.

Como fora informado no quadro acima (quadro1), algumas cartas da J.G. com destino ao Rio Purus não foram encontradas e outras que não constavam na relação do museu, nas fichas virtuais do computador da instituição, foram achadas.

São 65 cartas catalogadas pelo museu, tendo sido encontradas outras 24 pela equipe que fazia o levantamento (dessas, 8 foram encontradas por mim - todas na pasta 78), somando a quantia total de 89. A esse conflito atribui-se as dificuldades já mencionadas anteriormente quanto ao processo de organização, ainda em andamento pela instituição.

No que se refere a 1ª fase, foram lidas e transcritas o total de 23 cartas, das quais podemos extrair a recorrência em maior quantidade de referências as localidades Ayapuá e Cachoeira, ambas no Purus.

Visto isso, para facilitar a compreensão das localidades e da relação destas com a

empresa, segue abaixo um quadro demonstrativo contendo os clientes de cada cidade:

Cidade	Variação do Nome (da cidade)	Nome do cliente
Ayapuá	-----	Antonio Fabio de Lemos Rodrigues
Berurí	-----	Guilherme Oliveira
Boca do Acre	-----	A. leite & Cia., Luis Goés (Aristides Coelho ou Américo monteiro), Mamed Serejo e Mamond Amed.
Cachoeira	-----	Benjamim Afonso
Canhoé	Caióé	M ^a Bessa Oliveira, Manoel Oliveira Heba.
Filipinas	-----	Henrique Figueiredo
Livre-nos Deus no Alto Purus	-----	José Nunes de Souza Mattos.
Maripuí	-----	Abner de Sena
Mucury	-----	Alfred David
Natal	-----	Custodio J. Oliveira
Pauini	Pauhinny	M ^a Pereira de Carvalho, Manoel Antonio da Cunha.
Santa Bárbara	-----	Manoel Antonio da Cunha
São João de Arimam	São João de Arimã	Luis Correa Lobato, João Bapistita de Aquino.
São Romão no Baixo Purus	-----	Nilo Pinheiro, Adora Abdon.
Sena Madureira	-----	Maximino Ladeira
Vila da Lábrea	-----	Vicente Leopoldina Mendonça
Lábrea	-----	José Anacleto Zuany, José Raimundo Saraiva.

Quadro 2 – Relação das cidades do Purus e de seus respectivos clientes.

Organização: MAIA, Angélica, 2008.

Estas localidades, referentes ao curso do Rio Purus, abrangem justamente áreas que são habitadas pelos índios da família Arawá. As cidades Lábrea, Pauini e Boca do Acre, correspondem respectivamente a áreas referentes ao território Jamamadi.

Tal descoberta quanto à relação acentuada da empresa em várias cidades que se configuram como áreas indígenas, de território Arawá, implica a conexão deste fato a rede de trocas na região e à participação indígena. É sabido que houvera participação dos povos do Purus no sistema de aviamento na Amazônia, e com essa proximidade da empresa no que diz respeito a sua rede de negócios só evidencia mais este vínculo.

Mas este fato não era isolado, sendo notado apenas na J. G., muito pelo contrário. Na época era comum que aqueles que cultivassem a prática de atividades extrativistas estabelecessem contato com os índios, mesmo porque eles estavam por demais presentes nesse período, participando de diversas formas do aviamento.

Cada vez mais as empresas partiam em busca de locais de difícil acesso, “isolados”, que pudessem oferecer um amplo arsenal de recursos naturais, fazendo-se necessária muitas vezes a habilidade de habitantes locais para a exploração, além do fato destes muitas vezes serem usados como mão-de-obra. Tal participação era evidente, ao mesmo tempo em que se configurava como sendo necessária, visto que os índios era os únicos que tinham por excelência conhecimentos da floresta e informações genuínas acerca da mesma; sendo que até aquilo que os não-índios obtiveram emanou dos indígenas.

Era sabido que a empresa fazia várias viagens pela Amazônia, passando pelas mais diversas regiões, mas através do estudo do acervo da empresa foi possível delimitar o circuito de cidades referentes ao Purus. Estas cidades nada mais são do que municípios do Amazonas que eram alcançados pelo tráfego do rio Purus, tais como Sena Madureira, Lábrea, Boca do Acre, Lago do Ayapuá, Canutama.

A J.G. Araújo fazia constantes viagens ao Purus e também a outras regiões e estados adjacentes (como Roraima e Macapá), objetivando o abastecimento dos barracões e também a retirada de uma série de produtos destas regiões.

Através da delimitação de tais cidades, foi possível levantar a rede de trocas na região, tendo por finalidade a compreensão de como procedia o sistema de aviamento na Amazônia, e mais especificamente, na região banhada pelas água do Purus.

Assim, outra fonte nos trouxera diversas informações, os Livros de Carga. Foram três os livros encontrados no museu: Júpiter (1945 - 1954), Eline (1946 -1949) e Lygia (1931 - 1938).

Esses livros de carga - localizados na estante 14, prateleira A3 - compreendem informações como o tipo de carga destinada, quem esta enviando a mercadoria, quem esta recebendo, a quantidade de mercadoria, o preço do frete, etc.

No livro de carga Lygia, podemos observar que as mercadorias transportadas da J. G. para as demais cidades (Manaus – Purus) eram, na sua maioria, do tipo alimentício, mas que atendiam tão somente necessidades básicas (feijão, arroz, mala, biscoitos, fósforo, leite, sabão, açúcar, roscas e etc.).

Em contrapartida, as mercadorias transportadas das regiões do Purus para Manaus eram mercadorias de extrema importância, pertencentes ao comércio extrativista.

Tais informações recriam a base do sistema de aviamento, onde os donos dos seringais detinham o monopólio das mercadorias e aplicavam preços abusivos que eram aceitos pelos seringueiros, pois era a única forma de muitos aviadores terem acesso a tais mercadorias. Iniciava-se assim o ciclo do endividamento.

Em muitos casos, para terem esse acesso às mercadorias vindas da cidade os seringueiros permutavam os produtos extraídos da floresta com os produtos industrializados.

Tais informações referentes às atividades da empresa na região do Purus foram verificadas e relacionadas com as informações contidas nas cartas e diários de navegação, os quais foram lidos e fichados no decorrer da pesquisa. Conseguimos relacionar dados e juntá-los na elaboração de um sistema de aviamento imaginário que logo em seguida tomou vida - em seus nexos e ligações, seguindo a lógica do aviamento estudada nas leituras referentes ao sistema - quando trouxemos este para a realidade narrada em livros clássicos como o de Bárbara Weinstein, os quais nos permitem compreender o sistema de aviamento em seus mais diversos âmbitos e implicações.

Nestes processos podemos perceber que, além de abastecerem os barracões existentes nos seringais com mercadorias, gêneros alimentícios industrializados; havia uma procura muito grande por produtos extraídos da floresta. Essa procura e extração de produtos da floresta puderam ser observadas ao longo pesquisa na documentação.

Explorava-se ao máximo as riquezas da floresta e, por vezes, as empresas estabeleciam contato direto com os indígenas. Eles necessitavam conhecer a floresta e os produtos dela oriundos, e para isso utilizavam conhecimentos de índios da região do Purus, que serviam de guias em suas empreitadas. Na época tais produtos extraídos da floresta eram negociados em processos de permuta, onde a borracha mais uma vez ganhava maior destaque entre os gêneros.

Nas tabelas abaixo (Tabela 1 e 2) podemos visualizar o esquema contido nos documentos, os quais apontam dois exemplos, um contendo os gêneros que procediam de Manaus com destino a Lábrea e outro com os de procedência em Lábrea destinado à Manaus (Manaus-Lábrea, Lábrea-Manaus):

Procedência	Destino	Carregador	Recebedor	Marca
Manaós	Lábrea	J.G. Araújo	A ordem	Rozas
Quantidade	Volume	Gênero	Peso	Imp. do Frete

2	Latas	Phosphoro	40	
25	Caixas	Kerozene	900	
10	Sacos	Assucar	600	
4	Sacos	Arroz	240	
5	Barricas	Bolacha	250	
2	2 Caixas de Amarrado	Leite	50	
1	Caixa	Leite	25	
10	30 Caixas de Amarrado	Sabão Borboleta	300	
7	21 Caixas de Amarrado	Sabão Borboleta	210	
2	5 Caixas de Amarrado	Tabaco	75	
2	J.2 L	Biscoito	24	
1	Amarrado	#####	30	
1	Amarrado	2 Calhas	32	
¼	G.	Louça	60	
7	Caixa	Mercadorias	543	
1	Encapado	1 Mala	39	
1	Caixa	Mercadorias	43	
1	Caixa	Prego	70	
2	Caixa	Ferragem	137	
2	Caixa	Pedra	188	467.470

2	Caixa	Prego	110	
1	Amarrado	20 latas de v.	24	
1	Fardo	Brim	50	
1	Fardo	Riscado	50	
Total: 92			Total: 4.491	Total: 505.510

Tabela 1: Viagem de Janeiro de 1931 a Lábrea
 Fonte: Livro de Portaló da Lancha Lygia

Procedência	Destino	Carregador	Recebedor	Marca
Lábrea	Manaós	J. G. Araújo	J. G. Araújo	
Quantidade	Volume		Peso	Imp. Do Frete
40	Pelas	Borracha	696	69.600

Tabela 2: Viagem de Janeiro de 1931
 Fonte: Livro de Portaló da Lancha Lygia

As tabelas mostradas acima nos conferem a procedência adotada durante todo o aviamento, a qual prevê o envio de gêneros alimentício para abastecimento dos barracões existentes, e aponta para a retirada de produtos extraídos da floresta. Como no exemplo acima, a predominância na permuta, como sempre, era a borracha.

De acordo com as tabelas, podemos observar que estas datam de Janeiro do ano de 1931. Este fato se repete em todas as demais tabelas existentes no documento original, as quais se referem ao mesmo período de viagens. As tabelas do livro de Portoló Lygia ainda possuem o mesmo padrão da representação utilizada no esquema acima.

Assim, as informações contidas nos livros de carga analisados – Júpiter, Eline e Lygia- foram relacionadas com demais documentos do acervo da empresa, os quais continham referências às mesmas embarcações. Entre eles, diários de navegação e relatórios de navegação (Júpiter e Eline).

Ao lermos os relatos de viagens ao Purus, descrito no diário de navegação do vapor Júpiter, notamos que as datas batiam com as do livro de carga homônimo. Percebeu-se assim que estes eram livros distintos, com diferentes funções, mas que pertenciam à mesma embarcação. Assim, acredita-se que, para uma viagem destinada a qualquer localidade, havia vários livros cumprindo diferentes funções. Para relatar as viagens, os diários de navegação; para relatar as negociações referentes às mercadorias, os livros de carga; e para relatar toda manutenção, problemas e reparos nos motores, tínhamos os livros de motores.

Dos diários de navegação, esses foram lidos 9 ao todo, dos quais apenas 5 possuíam referências a região do Purus. São estes: Tartaruga II e Tartaruga III, Caubé, Júpiter e Eline.

Nos diários analisados, viu-se que estes eram usados em relatos de viagens feitas pelas embarcações na região do Purus e nas demais regiões por eles navegada. Para que se compreendessem quais os diários que de fato possuíam referências ao Purus, foi necessária a leitura de cada relato de viagem feita pelas 9 embarcações; isto porque tal documento não possuía índice especificando que locais constariam nos relatos.

Assim, após a leitura de cada viagem realizada e da identificação das fontes as quais nos interessavam, notamos que as mesmas constavam, de forma sucinta, em seu texto as informações sobre cada viagem, identificando os locais por onde parava pra abastecer, receber produtos; as ocorrências durante a viagem, a descrição dos locais por onde os motores passavam e os horários que ocorriam tais passagens. Informação como sobre o clima, se nublado, por exemplo, também eram citadas de forma breve.

Algumas das cidades do Purus, identificadas em passagens dos motores Tartaruga III, II e Eline, foram: Aliança, Ano Bom, Caióé, Marajá. Nestes, sem mais informações, como carga, pessoas, atividades; o que se registra nos diários são apenas “locais de passagem”.

Um fato chama atenção durante a pesquisa. De acordo com o levantamento dos vapores contidos em citações nas cartas, foram identificadas 14 embarcações com destino às

18 das 23 cidades do Purus. Isso mostra que documentos não foram encontrados, haja vista que durante a pesquisa averiguou-se que apenas 9 vapores possuem diários de navegação.

Dos Diários de Navegação que eu analisei, foi observada apenas uma passagem pelo Purus do motor Tartaruga III, ocorrida mais especificamente na cidade de Ano Bom, e 22 do Tartaruga II. Já no motor Eline foram 6 passagens, sendo que 5 só pra cidade de Caióé.

Quanto aos Lioros de Castanha, ou recibos de Compra de Castanha, sabe-se que são 37 ao todo, mas somente 24 correspondem a região do Purus. Dos 24 recibos citados não foi possível a transcrição de 1 sendo que a dificuldade se deu por conta da grafia e assinaturas indecifráveis do mesmo.

Estes recibos são, na verdade, talões destinados apenas à venda de castanha, e correspondem a três fases. A primeira em novembro de 1932, outra de janeiro a novembro de 1934 e, por fim, de janeiro a abril de 1935.

A maioria das vendas destinada ao rio Purus datam do ano de 1934 e apenas uma no ano de 1935.

Já nos relatórios de navegação, tais registros datam do período de maio de 1946 a novembro de 1956. O material foi analisado em aspectos da sua descrição, tais como datas de saídas e entradas nas cidades de destino, a tonelagem dos produtos que estas embarcações transportavam e nome de seus respectivos comandantes; visando a ligação e complementação com as informações contidas nos demais documentos do acervo; priorizando sempre a movimentação nas cidades do Médio Purus. Foram encontradas referências as embarcações Lancha Júpiter, Lancha Eline, Lancha Antonio Carlos, Lancha Baré, Lancha Aripuanã, Lancha Martins, Lancha Brasil, Lancha Tartaruga III e Lancha Cometa.

Analisando outra fonte, o Livro de Movimentação de Embarcações, percebemos através destes as datas de saída das embarcações em viagens e consertos do período de Dezembro de 1946, com destino a cidades do circuito Purus. Entre os tipos de embarcações,

podemos citar: lanchas, batelão, vapor e motor. Tais embarcações foram muitos utilizados na época, inclusive no que se refere ao fornecimento de gêneros alimentícios.

Sem mais, passamos para a análise do Diário de Embarcações, no qual se observa como sendo possível uma co-relação deste - através das datas de saída e entrada contidas neste material- com as informações dos demais documentos. Verificou-se o circuito das mercadorias, comparando trajetos e repetições, formando assim em conjunto o trajeto de tais embarcações nas cidades que correspondem ao Purus.

O material encontrado ficou dividido da seguinte forma:

Diário de Embarcações: Tonelagem, Destino e Reboque (Setembro de 1936 a Janeiro 1937).									
Nome das Embarcações	Tonelagem	Dia da saída	Destino	Dia da entrada	Reboques	Tonelagem do reboque	Tonelagem total	Armador	Embarcações
Ventura	21	15/09/36	R. Purus	28/09/36	-	-	21	Pereira e Irmão	
Rio Jordão	43	-	R. Purus e livre	07/09/36	Diversos	-	-	Manoel José Soares	
Planeta	25	-	R. Purus	03/09/36	-	-	-	C.P. de Vries	
Ayapuá	140	-	R. Purus	21/09/36	-	-	140	J. Leite & Cia	
Mananense	254	08/10/36	R. Purus	-	-	-	-	J. Leite & Cia	
Eline	62	17/10/36	R. Purus	-	Al. Nobreza	35	97	Carneiro da Motta Cia Ltda	
Iça	12	21/10/36	R. Purus	-	Al. Curari e Beta	56/30	104	J.G. Araújo Cia Ltda	
Ayapuá	140	21	R. Purus	14	Alv. Javary	20	160	J.A. Leite & Cia	
Rio Aripuanã	199	19	R. Purus	-	Al. Tapuia	45	244	J.G. Araújo	
Eline	62	-	R. Purus	19	Al. Nobreza	35	97	Carneiro da Motta	
Amazonense	136	25	R. Purus	-	-	-	136	Carneiro da Motta	
Tuchaua	226	23	R. Purus	4	-	-	-	J.S. Amorim	
Georgia	15	23	R. Purus	-	-	-	-	J.S. Amorim	
Ayapuá	140	25	R. Purus	15	Al. Affonsina/ Javary	25/25	-	J.A. Leite & Cia	
Nilo	-	30	R. Purus	-	-	-	-	Pereira Irmãos	

Sobena	51	-	R. Purus	24	Al.	-	-	R. Abraham	
--------	----	---	-------------	----	-----	---	---	---------------	--

Tabela 3 – Organização das informações contidas no diário de embarcações.

Organização: Ingrid Daiane, 2009.

Acerca dos microfilmes, foram analisados dois contendo jornais que correspondiam à região do Purus, são estes: Jornal de Lábrea e Jornal do Purus. Nestes jornais constatou-se que nenhum fazia menção direta a Empresa J.G. Araújo; isto porque somente em 1912 é que o nome J.G. vai aparecer nos registros de jornais da época.

Com isso encerram-se os levantamentos e análises de dados nos Arquivos da Empresa J.G. Araújo, recolhendo a contribuição necessária para a conclusão desta pesquisa.

A análise conferida no caráter desta pesquisa, possibilitou diversas conclusões e informação para esta contribuição acadêmica, introduzindo dados que na esfera do aviamento, se configuraram fundamentais para que pudéssemos compreender o Sistema de Aviamento predominante na Amazônia.

Tal material, até então inédito, analisado através deste trabalho foi relacionado no contexto histórico da época e sistematizado em informações armazenadas no NEAI, no sentido de contribuições a pesquisas de projetos futuros que envolvam a região do Purus, o Sistema de Aviamento no período de exploração da borracha pelas empresas seringalistas, entre outros temas.

4.2.2 ARQUIVO SPI: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E OS JAMAMADI

Nos microfilmes analisados no decorrer da segunda parte da pesquisa, pode-se compreender como os índios Jamamadi se encontravam mediante tantos traumas, gerados a partir da sua inserção no aviamento predominante na Amazônia.

Através dos relatórios foi possível extrair dados quantitativos acerca da demografia dos Jamamadi, os quais especificavam a quantidade de homens, mulheres e crianças; além de apontar a localização dos mesmos e de acordo com o período dos arquivos.

Ao todo, foram examinados 14 microfilmes dos 21 adquiridos pelo NEAI: 001, 002, 030, 032, 240, 290, 322, 334, 341, 342, 378, 379, 386, 395. Estes foram lidos em sua totalidade com exceção para o 290 que foi examinado parcialmente, entre os quais 4 continham informações relativas à referida família

A pesquisa em tais arquivos não pôde ser concluída, visto que deu-se prioridade as demais informações contidas em outras fontes.

5 CONCLUSÕES

De acordo com os dados e informações extraídas de tal análise, foi possível contextualizar o Sistema de Aviamento na Amazônia, lançando o olhar sobre a região do Purus e os povos inseridos em tal sistema.

Estas considerações aqui relacionadas trouxeram uma conexão que nos direcionara quanto as conseqüências de tal participação, que no caso dos Jamamadi se mostrou como sendo a maior ruptura por eles sofrida (Rangel, 1994).

As informações levantadas nos arquivos J. G. recriam a base do sistema de aviamento, onde os donos dos seringais detinham o monopólio das mercadorias e aplicavam preços abusivos que eram aceitos pelos seringueiros, pois era a única forma de muitos aviadores terem acesso a tais mercadorias. Iniciava-se assim o ciclo do endividamento.

Em muitos casos, para terem esse acesso às mercadorias vindas da cidade os seringueiros permutavam os produtos extraídos da floresta com os produtos industrializados.

Tais informações referentes às atividades da empresa na região do Purus foram verificadas e relacionadas com as informações contidas nas cartas e diários de navegação, os quais foram lidos e fichados no decorrer da pesquisa. Conseguimos relacionar dados e juntá-los na elaboração de um sistema de aviamento imaginário que logo em seguida tomou vida - em seus nexos e ligações, seguindo a lógica do aviamento estudada nas leituras referentes ao sistema - quando trouxemos este para a realidade narrada em livros clássicos como o de Bárbara Weinstein, os quais nos permitem compreender o sistema de aviamento em seus mais diversos âmbitos e implicações.

Nestes processos podemos perceber que, além de abastecerem os barracões existentes nos seringais com mercadorias, gêneros alimentícios industrializados; havia uma procura

muito grande por produtos extraídos da floresta. Essa procura e extração de produtos da floresta puderam ser observadas ao longo pesquisa na documentação.

Explorava-se ao máximo as riquezas da floresta e, por vezes, as empresas estabeleciam contato direto com os indígenas. Eles necessitavam conhecer a floresta e os produtos dela oriundos, e para isso utilizavam conhecimentos de índios da região do Purus, que serviam de guias em suas empreitadas. Na época tais produtos extraídos da floresta eram negociados em processos de permuta, onde a borracha mais uma vez ganhava maior destaque entre os gêneros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS:

Museu Amazônico: Acervo J.G. Araújo, Cartas comerciais (da 1ª fase, 1877 à 1896, e da 4ª fase, 1925 à 1989).

_____ : Acervo J.G. Araújo, Livros de Carga, Diários de Navegação, Livro de Castanha, Relatórios de Navegação, Livro de Movimentação de Embarcações, Diário de Embarcações: Estante 14 prateleira 3.

_____ : Acervo J.G. Araújo, Microfilmes: Jornais do Purus.

AYRES, Sandra 1999 “Viagem de supervisão a terras indígenas na Amazônia Legal”. In: Carola Kasburg & Márcia Gramkow, *Demarcando Terras Indígenas. Experiências e Desafios de um Projeto de Parceria*. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ. pp.167-193.

CASTELNAU, Francis de 1850-59: Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847. 14 vols. Paris.

CHANDLESS, William 1949 [1869]: "Notas sôbre o rio Purus, lidas perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, em 26 de novembro de 1868". *Separatas dos Arquivos da Associação do Comércio do Amazonas*, 9 (3), 21-29; 10 (3), 29-40.

CHIARA, Vilma e SCHULTZ, Harald – 1955 – Informações sobre os índios do alto rio Purus. *Revista do Museu Paulista, N.S., vol.IX*, pp.181-200.

COSTA JÚNIOR, Plácido. Levantamento etnoecológico do complexo Médio Purús II. Fortaleza/Cuiabá : s.ed., s.d.. 246 p. (Relatório para o PPTAL, mimeo)

CUNHA, Euclides da, [1906]1960 O Rio Purus. Rio de Janeiro: SPVEA.

_____, [1907]1939. Peru versus Bolívia. Rio de Janeiro: J.Olympio. 2^a edição.

_____, 1966: À margem da história. (Obra completa, vol. I) Rio de Janeiro: José Aguilar.

EHRENREICH, Paul 1891: "Beiträge zur Völkerkunde Brasiliens". *Veröffentlichungen aus dem königlichen Museum für Völkerkunde*, 2, 1-80.

_____, Paul 1897 "Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus-Stämmen." Zeitschrift für Ethnologie, 29, 59-71.

_____, Paul 1948 [1891] "Contribuições para a Etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus." Revista do Museu Paulista, n.s., 2, 93-115.

ENCARNAÇÃO, Manoel Urbano da, 1900 "Carta sobre costumes e crenças dos Índios do Purús, dirigida a D.S.Ferreira Penna". Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia III(1): 94-97.

FLENCOR, Maria Helena Ochi, 1938 "Abreviaturas: Manuscritos do século XVI ao XIX", São Paulo: Arquivos do Estado, 1990.

FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

2000 *Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Purus – Sede: Labrea – AM.*

(www.fns.gov.br/ind/ind01.htm); site acessado em 03/11/2008)

KROEMER, Gunter 1985: "Cuxiuara: o Purus dos indígenas". Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. (Missão Aberta, 10) São Paulo: Loyola.

_____, Günter 1994 *Kunahã made, o povo do veneno: sociedade e cultura do povo Zuruahá.* Belém: Mensageiro.

LAZARIN, Marco Antonio. 1981. "*A descida do rio Purus*" (*uma experiência de contato interétnico*). A história das relações interétnicas no Purus. Dissertação de Mestrado pela Universidade de Brasília. Brasília.

MASON, J. Alden – 1950 – The languages of south american indians. In: Steward, Julien H. org., Handbook of South American Indians, vol.6, Physical anthropology, linguistics and cultural geography of south american indians, Washington D.C., Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology (Bulletin, 143), pp.157-317.

MELATTI, Júlio Cezar 1998 "Juruá-Purus". Índios da América do Sul - Áreas Etnográficas. vol. C:47-51. UnB.

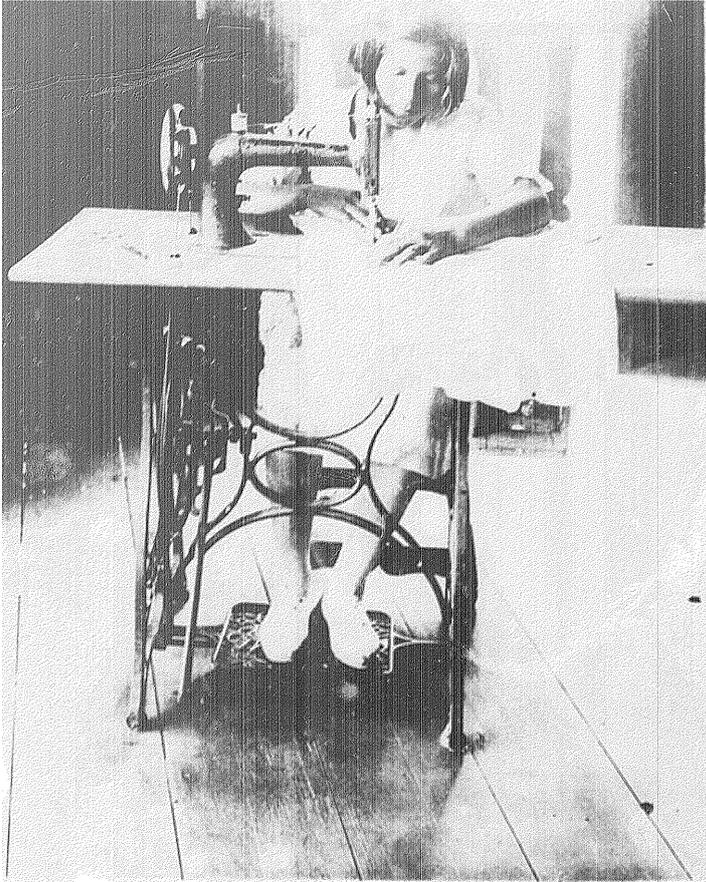
RANGEL, Lúcia Helena Vitalli 1994: Os Jamamadi e as armadilhas do tempo histórico. (Tese de doutorado) São Paulo: PUC-SP.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SCHRÖDER, Peter. Levantamento etnoecológico : experiências na região do Médio Purus. In: GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). Demarcando terras indígenas II : experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília : Funai/PPTAL/GTZ, 2002. p. 223-39.

ANEXO(S)





Uma Jamamadí e rapazes Ipurinãs

